

competitividade e tornou-se refém de fontes de informação de interesse particular. Além disso, o fabuloso trabalho de pesquisa desenvolvido pela Embrapa – que sofre com um caixa enxutíssimo –, pelo IAC, Iapar, entre outros centros de excelência científica, tem seu benefício limitado. Se a novidade tecnológica não chega de maneira confiável ao produtor, por meio de uma boa extensão rural, o que vale o estudo científico?

Hoje, o profissional técnico mais próximo do produtor é o representante de vendas das empresas de insumos. Este cenário cria um conflito de interesses. O vendedor – legitimamente – quer vender o seu produto. Tem como objetivo bater a meta do mês. Entretanto, o modelo minimamente aceitável exige que o produtor tenha uma orientação técnica independente. E isso, somente a extensão rural administrada ou mediada pelo Estado pode oferecer.

Precisamos de políticas governamentais eficientes de estímulo à assistência técnica rural. A lei federal de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), promulgada no início do ano, é um primeiro passo, mas que vem esbarrando na burocracia estatal.

A verdade é que o histórico do serviço público no Brasil é ruim em todas as áreas. Uma alternativa, que tiraria a responsabilidade de gestor e executor do Estado, deixando-o no papel de financiador e fiscalizador, seria subsidiar o produtor para que ele contrate assistência técnica rural por conta própria. Uma prestação de serviço tradicional.

Para receber esse crédito, o produtor se comprometeria a cumprir, por exemplo, uma série de requisitos relacionados à gestão ambiental de sua propriedade. De certo modo, a Ater ensaia algo parecido. Mas a situação está muito distante do que pode ser chamada de satisfatória, e o produtor encontra-se desprotegido. Até o momento, não observamos este importante assunto na agenda dos candidatos. O próximo presidente da República vai precisar encarar a questão. ■

## Opinião

# Novo papel



João Sampaio\*

MUITAS VEZES, esquecemos que a agricultura, atividade econômica geradora de emprego, renda e saldos na balança comercial exportadora do País, é também a responsável pelo alimento que chega à mesa do brasileiro.

Falamos da “agriCULTURA”, ou da cultura de produtos agrícolas, ou ainda, da produção e do produtor. Carecemos de uma discussão mais aprofundada sobre o “agriCONSUMO”, ou o consumo de produtos agrícolas, que deve ser considerado o maior e melhor instrumento para a solução dos mais graves problemas de saúde pública: as Doenças Crônicas Não Transmissíveis, conhecidas como DCNTs, são os diabetes, a hipertensão, dislipidemia e outras doenças cardiovasculares.

Segundo dados do Ministério da Saúde, o Sistema Unificado de Saúde (SUS) destina quase 70% dos seus gastos para tratar de pessoas com DCNT. O valor é assombroso! Ainda mais se pensarmos que esses gastos terão sempre de ser ampliados. Sim, porque doença crônica não tem cura. Quanto mais investirmos para que os portadores resistam aos efeitos maléficos das doenças, mais tempo eles ficarão no sistema, e mais dinheiro deverá ser despendido.

Mas alguém há de perguntar: como estancar a crescente epidemia de DCNTs, que se alastra pelo Brasil e já é a *causa mortis* de quase 60% dos brasileiros?

A solução não é, de fato, tão complicada. Nada menos que 75% das DCNTs poderiam ser evitadas se controlássemos seus três principais fatores de risco: alimentação inadequada, sedentarismo e tabagismo.

Precisamos, urgentemente, orientarmos nossas políticas públicas para a promoção da saúde e a prevenção contra DCNTs. É inadiável uma discussão mais aprofundada sobre o novo papel social da agricultura e de suas Secretarias ou Ministério. Claro que temos de enxergar o setor agrícola como um fator de estabilidade social e gerador de renda, mas não dá mais para ignorar a relevância que ele tem, principalmente na saúde da população.

A pesquisa agropecuária deve dedicar-se ao desenvolvimento de novas variedades de frutas e hortaliças que sejam resistentes e ricas em seus micronutrientes naturais, nas novas técnicas de produção intensiva de alimentos. Inovar nas embalagens, em transporte e armazenamento. A assistência técnica focada no atendimento aos pequenos e médios produtores rurais, que são os responsáveis pela produção de todos os tipos de alimentos que chegam à nossa mesa, também colabora na construção de um novo patamar na produção de alimentos.

O poder público precisa investir fortemente, através de todos os canais possíveis de comunicação, numa campanha de reeducação alimentar para toda a população, que hoje se alimenta de acordo com o que ditam as campanhas publicitárias de alimentos e bebidas, nem sempre saudáveis.

Precisamos modernizar totalmente o nosso conceito de abastecimento de alimentos, fazer com que, diariamente, toda a população possa renovar, em seu corpo, seu estoque de micro e macronutrientes necessários para ter uma vida com muita saúde. Por fim, entendemos que, simbolicamente, o novo papel da agricultura é completar um dito popular, muito conhecido, para torná-lo uma bandeira em favor da consciência alimentar e do bem-estar da população: Esporte é saúde, e saúde é comer bem. ■

\* Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

\* Produtor rural e secretário de agricultura e abastecimento do Estado de São Paulo